

O penúltimo texto do livro é de autoria de Susan Greenwood, e aborda subjetividades e noções de pessoa que existem em certos encontros com entidades intangíveis. Tomando como ponto de partida seu estudo sobre “religiões naturais” na Inglaterra e sua própria experiência de contato com uma entidade identificada como *o dragão*, a autora tematiza os impactos e os efeitos do encontro com o dragão sobre sua própria sensibilidade e produção acadêmica. Como artifício, lança mão do conceito de consciência mágica para dar conta de seu encontro e compreender aspectos de seu engajamento com *o dragão*.

Por fim, como texto de encerramento do livro, Stephan Palmie desdobra suas considerações tendo como ponto de referência a desaprovação demonstrada pelo espírito de um morto acerca do toque de tambor realizado em uma sessão de culto afro-cubano. Conforme narra, o que se passa parece ser um desacordo em relação ao procedimento apropriado ao culto, decorrente particularmente de um descompasso histórico entre o evento contemporâneo e as referências históricas de Ño Carlos, falecido acerca de cem anos. O que está em jogo, porém, não é a adequação da reprovação, mas os regimes temporais envolvidos na constituição de eventos presentes. Trata-se de explorar os modos como as biografias *post-mortem* de entidades desafiam noções materialistas de história linear, e como se pode pensar em uma antropologia do conhecimento que abarque distintos regimes de historicidade.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p462>

LOWENKRON, Laura. 2015. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 459pp.

Everton Rangel

Doutorando PPGAS/MN, bolsista CNPq

A leitura deste livro, originalmente tese defendida no Museu Nacional em 2012, é obrigatória não apenas para aqueles que indagam sobre a violência sexual contra crianças, mas também para os estudiosos interessados na compreensão das modalidades contemporâneas do governo de sujeitos, corpos e desejos. Ao descrever e analisar as estratégias de produção e regulação da figura do pedófilo, monstro, conforme acepção foucaultiana, Laura Lowenkron rejeita a suposta autoevidência das categorias de acusação e dos problemas sociais. A beleza desta etnografia, que escapa à retórica da denúncia, é fruto de um olhar voltado aos processos de conformação de causas políticas e casos policiais. Se, por um lado, tramar uma pesquisa como esta requer o reconhecimento de que não existe outra maneira de se posicionar a não ser contra a pedofilia, por outro, como deixa claro a autora, é preciso não caricaturar a alteridade radical e não alimentar medos. O movimento analítico deste livro é astuto: deixa-se de confrontar o pedófilo para questionar sobretudo a engenhosidade da administração estatal; refiro-me ao trabalho cotidiano de políticos, policiais, advogados e outros empenhados tanto em desenhar as feições do monstro para melhor caçá-lo quanto em afirmar que ele, ênfase no masculino, pode ser qualquer um.

Esta é uma etnografia desdobrada a partir de três eixos analíticos. O primeiro resulta de um esforço genealógico, isto é, busca-se perceber o fazer e o desfazer

dos enlaces entre infância, sexualidade e violência. Ao chamar a atenção para as disputas políticas e classificatórias entre especialistas, movimentos políticos e grupos religiosos a respeito de termos como violência sexual, pornografia infantil, exploração sexual e pedofilia, a autora oferta ao leitor repertórios jurídicos, científicos e morais que se espriam, ainda que de forma diferenciada, pelo mundo ocidental.

A determinação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos implica a produção dos mesmos como vulneráveis e, portanto, como não aptos ao consentimento. Negando o desejo infantil, a sacralização da infância faz da violência sexual contra crianças um poderoso modelo de atrocidade. Essas operações ganham evidência ainda maior quando Lowenkron passa a analisar algumas das categorias mencionadas a partir das negociações transmitidas em rede televisiva e travadas no Congresso Nacional durante a CPI da Pedofilia. É neste contexto que a cruzada dos "cidadãos de bem" contra o monstro contemporâneo ganha materialidade e força a ponto de fomentar ou aguçar investigações da Polícia Federal, órgão responsável pelo controle da pornografia infantil na internet. A observação dos procedimentos políticos e policiais sugere a prevalência do enfoque criminal e ainda o apagamento das vítimas em nome da causa, porque o sentimento de indignação em face do pedófilo sobressai em relação à comoção dirigida às crianças.

Os três eixos articulados caracterizam instâncias de saber-poder que reúnem autoridades públicas à sociedade de modo mais amplo, num ímpeto repressivo. Nesse sentido, o diálogo com a teoria da rotulação revela-se essencial: o desviante existe como efeito de uma atividade de regulação de pessoas e condutas. Destaco, porém, que os caminhos teóricos perseguidos neste livro incluem

afastamentos importantes de teses consagradas. A construção do monstro não demanda, como quer Howard Becker, a delimitação de fases bem marcadas e a linearidade dos engajamentos individuais e coletivos. Mas reclama o exame contínuo dos processos de sedimentação e reformulação das rotinas burocráticas através das quais a violência sexual contra crianças é, para lembrar Souza Lima, gestada e gerida.

A administração pública tomada como exercício de poder criador daquilo que gere – desejos, documentos, populações – é pensada não apenas em termos de uma mecânica do poder, mas também como uma poética porque, sob certas circunstâncias, as práticas estatais são espetacularizadas. Magno Malta, senador líder da CPI da pedofilia, costumava convocar a imprensa como parceira na institucionalização da figura do pedófilo como "inimigo da família". A CPI, palco de atuação daquele que se apresentava como "delegado do Brasil", foi transformada numa "vitrine do horror". Ali, justamente as imagens de pornografia infantil que se buscava reprimir foram exibidas para gerar a sensibilização do público e a legitimidade da causa. Afinal, não sentir e não demonstrar repugnância diante de tais fotos produzem o risco de contaminação, o de se assemelhar ao "inimigo". A fabricação de categorias de acusação e de zonas de responsabilidade constitui a teatralização da luta do "bem" contra o "mal".

É importante ressaltar que, ao descrever a dimensão rotineira da governança, a autora busca não substancializar o Estado como unidade homogênea cujas fronteiras são estáveis, embora reconheça que ele também existe como "ideia", quicá enquanto ente "antropomorfizado". Não se trata, portanto, de perspectivas excludentes, e sim de ênfases produzidas a partir de resultados etnográficos particulares.

Dirigir a atenção à Polícia Federal é então mapear um complexo de práticas e saberes; sendo mais preciso, é qualificar uma instituição que atua de forma silenciosa, sigilosa e personifica o papel de agente moral no combate à ameaça que invade os lares, ora aliciando crianças, ora através da disseminação da pornografia infantil. Os policiais são identificados como um ponto sensível elementar da cadeia de investigações sobre a atuação de pedófilos *online*. Seus deveres, voltados à apuração de denúncias e à produção de indícios da ocorrência deste tipo de crime, demandam o reconhecimento das normas relativas aos procedimentos judiciais, uma vez que a eficácia da construção da materialidade do crime depende de a capacidade do indício produzido pelo policial e legitimado por seus superiores estar adequada à verdade jurídica. Este é um exemplo efetivo de como a produção de documentos, provas requer o trânsito entre linguagens (policial e jurídica) no interior de hierarquias de mandato. Do ponto de vista metodológico, importa menos indagar sobre o que consta nos autos e mais sobre como eles são produzidos e quais são as suas possibilidades de circulação.

O treinamento do olhar é o que capacita os agentes da Polícia Federal a distinguirem entre as imagens de pornografia infantil que servem ou não como fato típico. Uma série de normas guia a produção do efeito de permanência e estabilidade do indício documentado: marcadores de idade; posições sexuais em que os fotografados aparecem; tamanho dos braços dos supostos abusados em relação ao tronco etc. O esforço é o de eliminar as zonas cinzentas, isto é, qualquer dúvida a respeito da maturidade sexual dos corpos. A menoridade deve ser indubitável. Em síntese, "o olhar investigativo constitui a materialidade do crime e a materialidade dos corpos reciprocamente, produzindo assim os corpos que governa" (:304).

A investigação policial converte-se em uma caçada. A criativa combinação da teoria etnológica, especificamente do conceito de predação, com os argumentos interacionistas (metáfora do teatro) é o que permite enquadrar a perseguição: menor como presa, pedófilo como predador; policial como predador, pedófilo como presa. É interessante notar que a alternância de perspectivas implica tanto uma releitura de quem é a presa e quem é o caçador como a prática da caçada policial projeta um efeito de contrapredação. A cruzada antipedofilia revela-se assim masculina em sua tônica persecutória. A generificação das práticas administrativas e, por conseguinte, do Estado não produz uma essencialização dos corpos dos agentes policiais, pois, na verdade, diz sobre uma oscilação entre o gerar – faceta maternal, protetiva e pedagógica – e o gerir – faceta paternal, ordenadora e persecutória. Deste modo, Laura Lowenkron vincula-se ao conjunto de autores que recentemente vêm sinalizando que uma teoria do Estado requer uma teoria do gênero.

Este livro é corajoso porque nos incita a indagar de forma meticulosa sobre figuras e desejos que nos espantam. Com seriedade e sutileza, a autora nos insere no terreno das articulações sombrias entre violência e erotismo, prazer e perigo, consentimento e vulnerabilidade. Digo sombria com a certeza de que não é apelando ao relativismo que antropólogas como Laura se dispõem a mergulhar nas zonas produzidas como abjetas e alvos de comoção e curiosidade pública. Esta etnografia vai além em razão das estratégias de pesquisa e escrita adotadas que, por sua vez, nascem do encontro indispensável entre autores, agendas e temáticas feministas e antropológicas. Somos assim levados a visualizar a construção de problemas sociais a partir da dissecação de categorias classificatórias, retóricas

políticas de sensibilização e práticas policiais. Se as crianças concretas vão sendo obliteradas pelos atores presentes no universo descrito neste trabalho, o efeito último do mesmo não é senão um convite a outros pesquisadores a irem de encontro com o pedófilo de carne e osso. Laura Lowenkron vitaliza e motiva agendas de pesquisa.

Surgem imediatamente duas questões: como pensar o estupro de vulnerável para além do enfoque criminal nas sociedades ocidentais? Em que condições é possível desfazer a monstrosidade reconhecendo alguma humanidade naquele que abusa sexualmente? Certamente, o cinema e a literatura respondem, cada um à sua maneira e de modos diversos, a estas perguntas. O que teria antropologia a dizer?

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p465>

MIZRAHI, Mylene. 2014. *A estética funk carioca: criação e conectividade em Mr. Catra*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 314 pp.

María Cecilia Díaz

Doutoranda do PPGAS/MN-UFRJ

A estética funk carioca, de Mylene Mizrahi, é uma etnografia da criação artística e dos investimentos corporais das pessoas envolvidas no universo funk, realizada entre 2007 e 2008. O objetivo principal da obra é delinear os traços fundamentais da “estética funk”, um conceito complexo, elaborado na relação entre a antropóloga e seus interlocutores, que remete a um conjunto de imagens capazes de afetar as emoções dos sujeitos e propiciar conexões entre diferentes dimensões da vida social.

Resultado da pesquisa de doutorado empreendida por Mizrahi na cidade do Rio de Janeiro, o trabalho faz parte de um

esforço intelectual amplo: previamente, a autora pensou o baile funk e a produção dos corpos na pista por meio de um estudo detalhado sobre a materialidade dos tecidos e das peças de roupa utilizadas pelos bailarinos. Nesta oportunidade, o alcance da investigação se estende para considerar os trânsitos e as experiências dos consumidores do ritmo e daqueles que trabalham em sua produção e circulação. Também se analisam as imagens presentes tanto na música como nos corpos, e que se manifestam nas letras, nas roupas, nos ritmos e nos cabelos, dentre outros artefatos.

Para estudar esses fenômenos, caracterizados por uma dinâmica de apropriação mimética e englobante do outro, a autora realiza uma operação análoga ao se valer do conceito de *conectividade* que Marilyn Strathern elabora em referência aos vínculos entre cultura e descrição etnográfica. Na análise de Mizrahi, esta noção indica um modo ambíguo de relação social que não apaga a diferença, sendo acionada na abordagem dos movimentos que reúnem de maneira parcial as agências desse universo e na reflexão constante sobre sua posição como pesquisadora.

O foco empírico é a figura do artista funk Mr. Catra e sua rede de relações integrada por familiares, colegas e amigos. A estética funk se torna inteligível a partir do movimento e da criatividade desses agentes, suscitando vínculos que ampliam a conectividade e nos quais se reelaboram os marcadores de raça, gênero, religião e classe social. Dessa maneira, afastando-se das análises que separam sujeito e objeto, indivíduo e sociedade – como também da visão de senso comum que circunscreve o funk à favela e o opõe ao asfalto – Mizrahi procura olhar esse gênero musical como um fenômeno estético-cultural, ao mesmo tempo produto de encontros e produtor